



1 **ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 28/06/2016**

2 Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do  
3 Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDSDH – localizada  
4 à sede da Prefeitura do Recife – sexto andar, às catorze horas e oito minutos, em segunda  
5 convocação, teve início a Reunião Plenária Ordinária do CMAS, sob a coordenação da  
6 Presidente Maria de Lourdes de Sousa (Lourdinha) , com a seguinte pauta: 1. Leitura e  
7 aprovação da ata da reunião plenária do dia 06/06/16; 2. Aprovação do Plano de Ação para  
8 Co-Financiamento do Governo Federal/2016; 3. Avaliação da Oficina de Atualização em  
9 Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS; 4. Apresentação das demandas das Comissões:  
10 Comissão de Normas e Fiscalização; Comissão de Orçamento e Finanças; 5. Grupo de  
11 monitoramento do planejamento do CMAS; 6. Apresentação da Comissão de acompanhamento  
12 do Programa Bolsa Família – PBF; 7. Informes gerais. Estiveram presentes os/as seguintes  
13 Conselheiros/as: Maria de Lourdes de Sousa – Casa Menina Mulher – CMM; Ana Maria de  
14 Farias Lira – SDSDH; Maria Lúcia Barbosa da Silva - Secretária de Saúde; Jara Pereira Lins-  
15 Secretária de Mobilidade e Controle Urbano; Betânia de Souza Fernandes – Secretária de  
16 Governo e Participação Social; Amanda Cavalcanti Belo – Conselho Regional de Fisioterapia e  
17 Terapia Ocupacional – CREFITO; Telma Muniz Soares Barbosa – Centro de Integração  
18 Empresa Escola de Pernambuco – CIEE; Andréa Silveira Mascarenhas – Associação de Pais,  
19 Amigos e Pessoas com Deficiência , de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade –  
20 APABB; Valéria Cristina Alves de Santana – Centro de Reabilitação de Valorização da Criança  
21 – CERVAC; Elisabete Ferreira de Almeida Duarte – Instituição de Caridade Lar Paulo de  
22 Tarso; Adailza de Oliveira Nascimento – Sociedade Bíblica do Brasil – SBB; Elizabeth Maria de  
23 Oliveira e Silva - Centro Educacional, Social e Cultural – CESC Coqueiral , conforme frequência  
24 anexa. A Presidente Maria de Lourdes de Sousa (Lourdinha) iniciou a reunião saudando a  
25 todos/as e apresentou a pauta a ser seguida, dando oportunidade para inclusão de mais algum  
26 ponto. Não havendo, passou-se ao primeiro ponto que é a leitura e aprovação da ata do Pleno  
27 ocorrido no dia seis de junho do ano em curso, que como de costume foi enviada  
28 antecipadamente a todos/as para apreciação e possíveis alterações. Apenas a Presidente  
29 Lourdinha trouxe correções nas linhas cento e cinquenta e um e duzentos e trinta e dois, e  
30 dizem respeito correções da grafia. Ainda fez menção ao poema lido por Ana Farias, que não  
31 foi transcrito na ata, de modo que ficou acertado que será enviado posteriormente como anexo  
32 na próxima ata. Não havendo outras observações a ata foi aprovada por unanimidade. Passou-  
33 se imediatamente ao segundo ponto de pauta: 2. Aprovação do Plano de Ação para Co-  
34 Financiamento do Governo Federal/2016 – este ponto foi explicado pela Conselheira Elisabete  
35 Duarte, coordenadora da Comissão de Orçamento e Finanças, a qual fez uma explanação  
36 rápida, tanto de como funciona o processo de Co-Financiamento, como da análise desse plano  
37 na referida comissão. Nesse sentido explicou que determinadas ações ocorrem em razão de  
38 normativas do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS e que a pactuação é feita entre o  
39 município e os valores repassados obedecem a uma tabela estabelecida por normativa do  
40 MDS, mediante a qual se determina os parâmetros de estrutura de recursos físicos e humanos,



41 dentro do que determina a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, podendo o  
42 município ser habilitado para a gestão de recursos, desde mínima até ampliada. Explicou que o  
43 repasse de verba se dá no decurso de um ano, ocorrendo de junho a junho. A conselheira  
44 finalizou apresentando o parecer favorável da Comissão de Finanças para aprovação do plano  
45 ora exposto. Ângela Oliveira, Gerente Geral do SUAS, ainda complementou que os/as  
46 técnicos/as aprovados/as na seleção simplificada, que foi publicada no Diário Oficial, estarão  
47 tomando posse amanhã, vinte e nove de junho, e que as equipes formadas irão ocupar os  
48 CRAS do Bairro de Santa Terezinha e no Bairro do Ibura e no COMPAZ do BONGI. Ana Farias  
49 complementou que foram estabelecidos horários da jornada de trabalho para servidores do  
50 IASC que foram aprovados nesta seleção, de tal forma que atendeu uma necessidade que  
51 vinha sendo sentida nas casas de acolhida que era a ampliação dos turnos de atendimento, de  
52 modo que virá a cobrir a troca de turnos da tarde para a noite. Assim, este regime de jornada  
53 de trabalho veio a se compatibilizar com a necessidade de alguns/algumas dos/as concorrentes  
54 aprovados/as em manter um segundo vínculo. Nesse sentido, ainda ressaltou que os turnos de  
55 trabalho poderão ser estendidos, em caso de necessidade, ainda para os finais de semana ou  
56 feriados, observando as particularidades das casas. No caso, na área de criança e  
57 adolescente, a cobertura ocorre das quinze e trinta horas até às vinte e uma e trinta horas  
58 durante a semana e para as casas para idosos a cobertura será, além do horário já referido,  
59 também será no sábado. Ana Farias explicou que estes horários são aqueles em que as  
60 equipes se sentem mais vulneráveis e esta foi a oportunidade encontrada para reforçar essa  
61 atividade do acolhimento. Ressaltou ainda que, apesar de não ser possível a equipe técnica  
62 realizar visita domiciliar nestes horários citados, é possível realizar outras atividades tais como:  
63 atendimento, preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA) e elaboração de  
64 Relatórios. A metodologia para cumprimento dessa jornada de trabalho foi apresentada à  
65 equipe técnica já referida, numa reunião ocorrida na ata de hoje, pela manhã. E, por fim,  
66 informou que na próxima quinta-feira será feito o repasse dessa proposta de trabalho para as  
67 equipes das casas, ressaltando que, além de dar oportunidade para servidores possuírem dois  
68 vínculos, irá potencializar esse atendimento. A Presidente Lourdinha colocou em votação a  
69 aprovação do Plano de Ação para Co- Financiamento do Governo Federal/2016, lembrando  
70 que a Comissão de Orçamento e Finanças, após análise, recomendou a aprovação. O mesmo  
71 foi aprovado por unanimidade pela plenária. Antes de passar ao próximo ponto de pauta, a  
72 Presidente Lourdinha fez menção da chegada da Conselheira Elizabeth Maria de Oliveira e  
73 Silva, representante do Centro Educacional, Social e Cultural – CESC, que passou a integrar o  
74 CMAS em função da saída do Lar do Nenen. A Secretária Executiva Sílvia Marroquim  
75 esclareceu que com a saída do Lar do Nenen, houve conseqüentemente mudança na  
76 titularidade do Centro de Reabilitação e Valorização da Criança – CERVAC, que passou da  
77 condição de Suplente à de titular. Ato contínuo, passou-se ao terceiro ponto que é: **3.**  
78 Avaliação da Oficina de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, que foi  
79 exposto pela Presidente Lourdinha, a qual deu conta de que a referida capacitação seria  
80 realizada em quatro módulos, finalizando no dia vinte deste mês, porém, em face de um



81 engarrafamento ocasionado por um acidente no trânsito , o qual impediu que o facilitador  
82 Marcos Nascimento chegasse no horário , houve um atraso grande para o início da oficina ,  
83 comprometendo a finalização da carga horária , de modo que ficou agendado mais um  
84 encontro para fechamento do curso. Apesar de não ter sido finalizada a oficina, a Presidente  
85 Lourdinha considerou pertinente fazer esta avaliação, e a própria inicia sua análise,  
86 destacando que ficou um pouco frustrada nos dois primeiros módulos que foram muito  
87 conceituais. Os dois últimos, que foram práticos, foram avaliados como mais positivos. O novo  
88 encontro para fechamento do quarto módulo ficou agendado para dia onze de julho do  
89 corrente. Ainda a respeito desse item, a Presidente Lourdinha destacou que, como integrante  
90 da Comissão de Orçamento e Finanças, a mesma propõe que essa capacitação continue, em  
91 vista da complexidade do assunto e da responsabilidade que recai sobre a comissão em  
92 particular, daí a necessidade de um segundo momento, com treinamento específico voltado  
93 para a Comissão, mas aberta para todo o Conselho, com proposta para que aconteça neste  
94 segundo semestre. A Conselheira Amanda Belo complementou destacando a necessidade  
95 sentida pelas participantes da comissão, destacando que partiu da comissão a ideia da  
96 capacitação e que avalia que houve uma frustração em relação à expectativa quanto ao  
97 conteúdo pois ainda ficou uma lacuna em termos do que foi apresentado, tendo em vista as  
98 demandas para análise na comissão, causando muitas vezes insegurança para aprovação de  
99 documentos, o que pode parecer desconfiança, mas na verdade é falta de conhecimento  
100 mesmo, que se esperava ser suprido com a capacitação. Continuou ressaltando que não  
101 participou do último encontro, mas entende que é necessário um treinamento mais direcionado  
102 para a comissão, mas que considerou válida e proveitosa a capacitação como primeiro  
103 momento. A Conselheira Telma Muniz avaliou como importante para um nivelamento mínimo,  
104 que foi o que o facilitador propôs, considerando que todo o Conselho estava participando, e  
105 não só os membros da comissão. Também leva em conta todo universo de siglas, leis,  
106 normativas, que os/as participantes precisavam nivelar, e, que só em três tardes não seria  
107 possível esgotar. Por outro lado, destacando que não pôde comparecer ao último módulo, a  
108 conselheira ressaltou que esperava ver apresentado o conteúdo referente a prestação de  
109 contas, de modo que considera importante que haja continuidade e seja permanente o  
110 treinamento, principalmente pelo fato de que nem todos são da área orçamentária/financeira  
111 ou tem o mesmo tempo e experiência em Conselhos. Nesse sentido, a conselheira ainda  
112 ressaltou que outros temas de outras áreas devem ser provocados para que se possa qualificar  
113 o conhecimento e as análises que precisam ser feitas das matérias recebidas. Isto porque há  
114 uma dinâmica no Conselho, como por exemplo, hoje mesmo está chegando uma nova  
115 conselheira. A Conselheira Elisabete Duarte trouxe sua contribuição analisando que houve por  
116 parte de quem participou uma expectativa muito grande por conhecer o tema, e no seu caso  
117 específico, a experiência em contabilidade sempre ocorreu no setor privado, de modo que  
118 desconhece o setor público, que tem uma especificidade nos papéis e nos caminhos  
119 percorridos para se chegar a um fim, mesmo que esse fim seja o mesmo do setor privado.  
120 Continuando, destacou que causa angústia mesmo a responsabilidade, que é de todos/as,



121 mas, da comissão é maior, para que as análises que são trazidas para o Pleno tenham sido  
122 aprofundadas. Avalia que, à medida que foram apresentados os conceitos teóricos, que à  
123 primeira vista são cansativos, mas são necessários. Também avaliou que o facilitador Marcos  
124 deve ter compreendido a angústia dos/as participantes da capacitação, porque neste módulo  
125 que seria o último, ele já trouxe algo prático e acredita que no próximo dia onze será  
126 apresentado um conteúdo mais de acordo com a necessidade do grupo. Ressaltou ainda a  
127 importância de ser feita a capacitação do Tribunal de Contas, que foi inclusive sugestão de  
128 Marcos, que poderá suprir as lacunas. A conselheira Andréa Mascarenhas avaliou que para  
129 ela se tornou muito angustiante, em função de ser muito conceitual, uma vez que só pôde  
130 comparecer ao primeiro módulo em razão de tratamento de saúde. De modo que para a sua  
131 prática especificamente não foi muito esclarecedor. A Vice-presidente Ana Farias deu sua  
132 contribuição, ressaltando que, em que pese não ter podido participar da capacitação, mas  
133 conhece o curso, e, como gestora está familiarizada com este universo, o que torna necessária  
134 a participação, não só técnica, daquilo que é específico da Política de Assistência, mas  
135 também gestão técnica do administrativo, do financeiro, das prestações de conta, e considera  
136 uma iniciativa muito interessante de conhecer esse universo, porque, nem sempre os/as  
137 conselheiros/as de um modo geral, tem essa prática de procurar conhecer amiúde como  
138 funciona todo o setor público. Nesse sentido, continuou, houve tentativas , na outra gestão do  
139 CMAS , de oportunizar esse tipo de capacitação, porém, não aconteceu. Desse modo,  
140 considera importante esse grupo ter tido essa iniciativa e ter conseguido concluir o curso  
141 porque é uma oportunidade muito rica. Ainda lembrou que havia sugerido a Margarida Soares  
142 oportunizar o curso do Tribunal de Contas, porque esse pessoal mergulha mais ainda,  
143 profundamente, nessa matéria, embora não seja da competência dos Conselheiros realizar  
144 auditoria, mas de fato entender como a gestão tem de se comportar para fazer prestação de  
145 contas na utilização do dinheiro público. Ainda mencionou que os processos não são assim tão  
146 fáceis, são complicados, e deu exemplo de como se percorre um longo caminho para a  
147 aplicação de recursos públicos, quando usados na forma da lei, com minúcias e códigos  
148 bastante complexos. Daí a importância de um curso como este. Aproveitando o ensejo, foi  
149 indagado a Margarida Soares, a respeito do pedido para providenciar o curso do Tribunal de  
150 Contas, e a mesma informou que há uma exigência do Tribunal, de pelo menos setenta  
151 pessoas inscritas para realização desse curso, em vista de ter um custo elevado. E também é  
152 um curso específico para conselheiros/as, de modo que fica mais difícil reunir o grupo exigido.  
153 Nesse sentido a ideia é articular com outros Conselhos para se tentar chegar ao número  
154 mínimo. A Presidente Lourdinha reforçou com Margarida no sentido de buscar essa articulação  
155 para tentar garantir a realização desta capacitação. Esgotado esse ponto, passou-se ao quarto  
156 ponto de pauta que é: **4. Apresentação das demandas das Comissões: Comissão de**  
157 **Normas e Fiscalização; Comissão de Orçamento e Finanças;** iniciada a apresentação  
158 desse ponto pela Conselheira Elisabete Duarte, coordenadora da Comissão de Orçamento e  
159 Finanças, a qual destacou que, assim como as demais comissões, a de Finanças está  
160 defasada em relação ao proposto no Plano Operativo, mas está atenta a isto, e informou que



161 está sendo buscada a responsabilização a quem cabe, para cumprimento das ações previstas,  
162 inclusive em relação aos prazos que foram estabelecidos pelos/as próprios/as conselheiros/as.  
163 Nesse sentido chamou a atenção dos/das coordenadores/as das demais comissões para a  
164 urgência de colocar em prática o que está proposto, avaliando que após aprovar o Plano  
165 Operativo, não foi iniciado nenhum trabalho de monitoramento. Além disto, informou que outras  
166 pautas estão sendo vistas quanto à questão financeira em si, como o percentual gasto do IGD-  
167 SUAS, que foi solicitado o documento ao gestor, a respeito da aplicação desse recurso, e o  
168 gestor já enviou a resposta que será analisada na próxima reunião da comissão e será  
169 apresentado no próximo Pleno, para conhecimento de todos/as. A Presidente Lourdinha  
170 reforçou a ideia quanto ao monitoramento das ações previstas no Plano Operativo, chamando  
171 a atenção para a responsabilidade individual de cada conselheiro/a para uma participação mais  
172 efetiva, para se integrar a uma comissão e de fato participar dela, o que trará resultados para o  
173 CMAS como um todo. E ainda destacou, que não se pode pensar o conselho unicamente  
174 como uma reunião de Pleno. E chamou a atenção para a instalação da Comissão de  
175 Monitoramento, e de como uma comissão necessita de informações de outra, havendo uma  
176 interligação entre todas. A Conselheira Elisabete Duarte corroborou com Lourdinha neste tema,  
177 chamando cada conselheiro/a à responsabilidade para o bom andamento do CMAS, de modo  
178 que não haja sobrecarga para ninguém. Por outro lado, fez o alerta para o fato de que, como  
179 conselheiros/as respondem igualmente, inclusive com penalidades, se no futuro houver  
180 questionamentos quanto a decisões tomadas no conselho. A Presidente Lourdinha finalizou  
181 essa temática destacando a atuação de Comissão de Orçamento e Finanças, da qual a  
182 mesma também participa, e analisa como um grupo muito motivado e atuante, e que valoriza  
183 muito a tomada de decisão em discussões ampliadas, com a participação do maior número  
184 possível de conselheiros/as, o que considera uma maturidade por parte do grupo. E fez uma  
185 convocação para uma postura de corresponsabilidade. Dando continuidade, a Conselheira  
186 Telma Muniz, integrante da Comissão de Normas e Fiscalização, iniciou relatando o que foi  
187 apresentado como resultado do trabalho da equipe técnica na última reunião, ocorrida no dia  
188 vinte e um deste mês, e passou a palavra para a Técnica Social Elza Betânia, que com o  
189 recurso do Data show apresentou o seguinte: em primeiro lugar o pedido de inscrição da  
190 entidade: Associação dos Moradores do Alto de Antônio Félix, para o qual a técnica Elza, que  
191 foi quem realizou a visita, deu parecer desfavorável assim como, também foi desfavorável, o  
192 indicativo da comissão. Posto em votação, foi acatado por unanimidade, negada a inscrição da  
193 referida entidade. Apesar de ter sido realizada outra visita para inscrição de entidade, que foi  
194 apresentada na comissão, o processo não foi concluído, de modo que não pôde ser trazido ao  
195 Pleno. Em seguida, foram apresentadas as entidades que receberam visitas de Monitoramento,  
196 que são: Grupo de Idosos Paz e Amor, cuja visita foi realizada pela Assistente Social Flávia  
197 Pedrosa, a qual se encontra em gozo de Licença Prêmio, e que não estabeleceu um parecer, e  
198 sim, repassou para decisão da comissão, porque Flávia observou que existe a sede, mas que  
199 as atividades não são continuadas e planejadas e sim pontuais, bem como não possui equipe  
200 de referência. Portanto não está adequada nos termos da Resolução número quatorze de dois



201 mil e quatorze do CNAS. Foi decidido na comissão que será chamada a dirigente da entidade  
202 para adequação do serviço. A segunda entidade apresentada foi o Conselho de Mulheres de  
203 Brasília Teimosa, cuja visita foi realizada pela Técnica Elza. O parecer também foi deixado  
204 para decisão da Comissão de Normas e Fiscalização, tendo em vista que no endereço indicado  
205 existe apenas a moradia da dirigente, o que ficou evidenciado mediante declaração do próprio  
206 neto da referida senhora e pelo desconhecimento de mais três moradoras da mesma rua que  
207 sequer sabiam da existência daquele conselho e moradores. O parecer da comissão foi pelo  
208 cancelamento da inscrição, o que foi ratificado por unanimidade no pleno. Terceira entidade:  
209 Associação Humanitária do Recife – AHMAR. A visita feita pela Técnica Elza, também sem  
210 sucesso. Foi orientada a pessoa que atendeu, em nome do dirigente, para regularizar a  
211 situação, e vir para a reunião da Comissão de Normas e Fiscalização, porém, não houve  
212 retorno, nem mesmo por telefone. A técnica também deixou em aberto para posicionamento  
213 da Comissão, que também indica o cancelamento, que foi seguido pelos representantes  
214 presentes. A quarta entidade: Associação de Desenvolvimento Comunitário – ADECI ICÓ.  
215 Após duas visitas, pelas duas técnicas, primeiramente Elza e depois Flávia, e nas duas não  
216 havia atividade, a dirigente Sônia foi chamada e compareceu à reunião do dia vinte e um,  
217 quando reafirmou que a entidade funciona normalmente às terças-feiras, no horário da tarde. O  
218 parecer da Comissão foi no sentido de se realizar mais uma visita, no dia e turno indicado, para  
219 comprovação das atividades indicadas no Relatório e Plano de Ação apresentados. Esta  
220 entidade não foi posta em votação, uma vez que se trata apenas de comunicado ao Pleno de  
221 que foi tratado o caso na comissão. Por fim, foi apresentado o Educandário Casa da  
222 Providência, que também recebeu a visita da técnica Elza, cujo parecer foi favorável para a  
223 manutenção da inscrição uma vez que foi comprovada a atuação efetiva da entidade. Este  
224 parecer foi acatado pela comissão. Posto em votação, o plenário acompanhou o indicativo da  
225 comissão. Ainda foram referidas as entidades que encerraram suas atividades, e que ficaram  
226 de enviar comunicado oficial ao CMAS, no entanto não o fizeram, que são: Casa Redentorista  
227 Nordestina; CAMAMI; Creche Nossa Senhora dos Remédios e Quero-Quero. Esta última  
228 avisou informalmente a mudança de nome e ficou de trazer a documentação, mas não o fez.  
229 Foi deliberado, por unanimidade, o cancelamento da inscrição das quatro entidades citada. Ato  
230 contínuo, seguiu-se o quinto ponto, que é: 5. Grupo de monitoramento do planejamento do  
231 CMAS. A Presidente Lourdinha iniciou falando da necessidade da agenda para encontro desse  
232 grupo que é constituído, conforme estabelecido no Plano Operativo, pela Diretoria Executiva :  
233 Presidente Lourdinha, vice-presidente Ana Farias, coordenações das comissões: Elisabete  
234 Duarte, Maria do Livramento (Lívia) e também o conselheiro Osvaldo (estes dois últimos não  
235 puderam comparecer hoje). Foi marcado o dia doze de julho próximo para a reunião que terá  
236 início às nove horas, e serão comunicados por telefone os demais integrantes. A Conselheira  
237 Betânia de Souza Fernandes, se disponibilizou para integrar a Comissão de Articulação e  
238 Política, a qual foi agendada a reunião também para o dia doze, às onze horas. Desse modo  
239 concilia os encontros para facilitar a participação do maior número possível de integrantes. A  
240 Conselheira Elizabeth Oliveira se integrou à Comissão de Normas e Fiscalização, que tem sua



241 reunião agendada para o dia dezenove de julho do corrente . Passou-se ao próximo ponto da  
242 pauta que é: **6.** Apresentação da Comissão de acompanhamento do Programa Bolsa Família –  
243 PBF que será apresentada por Anália Renata Adriano, Chefe de Divisão do Cadastro Único,  
244 que inicialmente fez referência à solicitação da parte do CMAS, da lista de pessoas  
245 beneficiários do PBF suspeitas de irregularidades, a partir de inconsistências apontadas neste  
246 Programa, divulgado na imprensa como os achados do Ministério Público na folha de  
247 pagamento do Bolsa Família. A Secretaria Nacional da Rede Cidadania já trouxe o resultado,  
248 que já era esperado, que não há inconsistência. Apenas (1,23%) um, vírgula vinte e três por  
249 cento da folha ainda está em análise de possíveis irregularidades. E essa análise é feita  
250 rotineiramente, anualmente. Tão logo são identificadas irregularidades, as famílias são  
251 desligadas imediatamente. Os processos rotineiros feitos no Cadastro Único como um todo  
252 são: a revisão cadastral, é a revisão de cadastros de famílias beneficiadas do Bolsa Família,  
253 feitos há dois anos ou mais, e famílias com inconsistência de informação; a averiguação  
254 cadastral, visto que as informações são auto declaratórias, o que pode resultar em omissão de  
255 dados, e a exclusão lógica. Essa exclusão ocorre automaticamente, o próprio sistema exclui  
256 anualmente o cadastro como um todo, quando não há atualização cadastral após quatro anos.  
257 A identificação é feita mediante o cruzamento de informações com outras bases de dados. A  
258 análise anual de dados do ano de dois mil e dezesseis foi iniciada no Recife no mês de abril  
259 deste ano e se estende até março de dois mil e dezessete. Anália informou que quarenta e  
260 cinco mil, quinhentas e trinta e oito famílias deverão atualizar os dados. Estas famílias são do  
261 cadastro único em geral, que tem inscritas, famílias beneficiárias e famílias não beneficiárias, e  
262 não só do PBF. As famílias não beneficiárias do PBF, mas que estão cadastradas, estão  
263 incluídas no Programa de tarifa social de energia elétrica, isenção de taxas de concursos  
264 públicos e vestibular, alíquota do INSS, dentre outros. Das 45.538 famílias cadastradas,  
265 existem apenas 18.682 sob averiguação de inconsistências. Isto não significa dezoito mil  
266 fraudes, mas apenas com inconsistências em relação a outras bases de dados. O cruzamento  
267 destes dados não é feito no ano vigente, mas em relação a dois anos atrás, o que pode ocorrer  
268 de naquele ano a família se encontrava trabalhando, mas agora pode estar sem trabalho.  
269 Desse número a ser averiguado, existe um grupo para o qual o MDS orienta que seja feita  
270 visita domiciliar para uma maior segurança. Quanto à listagem de supostas irregularidades dos  
271 beneficiários do PBF solicitada pelo CMAS, Anália explicou que o MDS noticiou, mas não  
272 disponibilizou a lista. Apesar de toda divulgação em torno de possíveis fraudes, o MDS não  
273 disponibilizou a lista, nem geral, e muito menos por município. Apesar de toda exposição em  
274 torno de fraudes, a mídia não está noticiando o resultado da análise das inconsistências, que  
275 mostra menos de dois por cento da folha, que não é indicativo de fraudes pois ainda dependem  
276 de confirmação, já que ainda estão para ser averiguadas. A Gerente Geral do SUAS, Ângela  
277 Oliveira, complementou que encaminhou ao Ministério a solicitação da listagem de famílias  
278 apontadas com inconsistências, e também ainda não recebeu. Também explicou que iniciou-se  
279 em novembro de dois mil e quinze, uma auditoria, que é um procedimento feito anualmente,  
280 que consiste no cruzamento da base de dados, com foco principalmente nas famílias que



281 recebem valores mais altos e aquelas que declaram renda de um real, por exemplo. Sempre  
282 considerando esses casos como dados a serem confirmados e não fraudes. Facultada a  
283 palavra, Ana Farias fez uso da mesma reiterando que é preciso entender o que está por trás de  
284 tudo isso, nesse processo de transformação política que o Brasil está passando. E está  
285 vinculado a outro projeto político que está se instalando, que é o desmonte de todas as  
286 garantias de direito que o povo brasileiro conseguiu conquistar ao longo destes últimos quinze  
287 anos. E após a explanação feita agora as pessoas presentes têm muito mais clareza a respeito  
288 do PBF. O CADÚNICO é um sistema articulado com outras políticas públicas, que faz um  
289 cruzamento de informações, como por exemplo o RENAVAL, que é o Registro Nacional de  
290 Veículos Automotivos. Isto significa que, alguém que possui carro, e que declara renda de um  
291 real, apresenta inconsistência. Do mesmo modo alguém desempregado e que consegue  
292 trabalho, a inscrição no INSS, ao ser feito o cruzamento de informações, é detectado pelo  
293 controle. E concluiu seu raciocínio de que há uma classe política e econômica que não aceita  
294 as conquistas sociais e estão comprometidas com o desmonte de direitos, ou um retrocesso  
295 nessas garantias. E citou Karl Marx, finalizando que se trata da “Luta de Classes”. A  
296 Conselheira Adailza Oliveira corroborou com o pensamento de Ana Farias, destacando que as  
297 inconsistências apresentadas agora foram investigadas e apresentadas em relatório, ainda na  
298 gestão da Presidente Dilma, de situações problema que inclusive já foram sanadas, porém,  
299 estão sendo usadas para desacreditar o programa, com o fim de aumentar o preconceito que já  
300 existe em torno desse que é o maior programa de inclusão social da América Latina. Anália  
301 ainda complementou que foram divulgadas informações que vem desde dois mil e cinco, de  
302 possíveis fraudes, inclusive sobre beneficiários do PBF, e que foram doadores de campanhas  
303 eleitorais. O que aponta para crime fiscal e eleitoral, e não irregularidades do programa. Porque  
304 não são beneficiários que fazem doação, e sim, o uso indevido do nome de beneficiários,  
305 usados como laranja, portanto, são vítimas. A Presidente Lourdinha agradeceu a participação  
306 de Anália, explicando que esse é um ponto de partida para a agenda da Comissão de  
307 acompanhamento do PBF. Ângela Oliveira ainda fez um convite para que esta comissão vá  
308 conhecer o espaço destinado ao atendimento do PBF e do CADÚNICO, que fica na Rua do  
309 Imperador, defronte ao prédio da OAB, que oferece um espaço acolhedor e respeitoso para  
310 os/as usuários/as, com um grupo de profissionais habilitados. Margarida Soares pontuou a  
311 importância dessa comissão, explicando que o controle social desse Programa poderia ser feito  
312 através de um Conselho criado só para isso, ou, caso o CMAS entendesse assumir esse  
313 controle, poderia fazê-lo. E foi o que aconteceu, o Conselho deliberou pela criação de uma  
314 comissão. Ana Farias complementou que a partir dessa deliberação, foi acertada a vinda,  
315 periodicamente, de Anália, Morgana, e de outras pessoas envolvidas nesse programa, para dar  
316 ciência de como está caminhando. E propôs a manutenção de uma agenda de participação de  
317 componentes do PBF, como vinha ocorrendo anteriormente, que era a cada seis meses,  
318 podendo iniciar em dezembro, para o repasse do andamento, tendo em vista a própria  
319 dinâmica do programa. Propôs por fim, a volta de Anália já no próximo Pleno, porque há uma  
320 série de informações básicas, mais gerais, inclusive das condicionalidades, dos percentuais





321 para o município, com implicações no repasse de verbas. Desse modo, ficou estabelecido que  
322 não será necessário o encontro na comissão, já que haverá no Pleno. Ana Farias informou  
323 sobre um movimento que está acontecendo na cidade, pleiteando a criação de abrigo  
324 noturno, e já houve até Audiência Pública nesse sentido na Câmara de Vereadores, e que  
325 quem está à frente é o pessoal que trabalha com população de rua. Informou ainda que já  
326 existe na Secretaria um Comitê, que inclusive está com reunião marcada para a próxima terça-  
327 feira, cinco de julho. Ana Farias trouxe a proposta da vinda de Fernanda Carvalho, Chefe de  
328 Divisão de atendimento à população em situação de rua para que a mesma faça o repasse  
329 das informações desse processo, porque, segundo a mesma, esse movimento dá a impressão  
330 de que não há iniciativa para abrigo noturno, quando há. Que inclusive a havia convidado  
331 para vir hoje. Ângela explicou que Fernanda pediu para vir no próximo Pleno. Ana Farias  
332 consultou se é do interesse dos/as conselheiros/as essa participação, e, dada a anuência, ficou  
333 acertada a vinda de Fernanda no Pleno do próximo. A Presidente Lourdinha propôs que seja  
334 remetida para a Comissão de Articulação Política a proposta de criação da Comissão de  
335 acompanhamento do PBF, visto que está prevista a criação no Regimento Interno. Ato contínuo  
336 passou para o último ponto que é: **7. Informes gerais**. Ana Farias trouxe o informe de que toda  
337 a estrutura administrativa do IASC estará, a partir de julho, funcionando também aqui na PCR,  
338 no sexto andar. A Conselheira Lúcia informou sobre a ação levada a efeito, em defesa da luta  
339 contra a violência da pessoa idosa, que vinha sendo pelo Estado, porém, este ano, na semana  
340 anterior ao evento o Estado se manifestou que não poderia fazer e, que, portanto, não haveria.  
341 Então houve uma mobilização da Secretaria de Saúde, que se articulou com a Secretaria de  
342 Direitos Humanos e conseguiu realizar o citado evento que foi muito bom, com diversas ações  
343 voltadas para a pessoa idosa. E finalizou dizendo que as citadas secretarias estão assumindo  
344 essa ação para que não deixe de acontecer, considerando o reconhecimento e o respeito que  
345 se deve a essas pessoas. Lourdinha ainda passou a palavra a Ana Farias para informar sobre  
346 o Movimento em Defesa do SUAS, ocorrido no dia nove desse mês. A mesma informou que  
347 houve uma participação de cerca de mil pessoas, inclusive trazidas de outros municípios, como  
348 Cabo, Gravatá, Abreu e Lima, Olinda, São Lourenço da Mata, Jaboatão. Esgotada a pauta e  
349 nada mais havendo a tratar, a Presidente Lourdinha encerrou a reunião às dezesseis horas e  
350 quinze minutos, seguindo-se um lanche especial com comidas típicas, em comemoração aos  
351 festejos juninos. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Silvia Marroquim,  
352 Secretária Executiva do CMAS, redigi e digitei a presente ata, que, após lida e achada  
353 conforme, será aprovada pelo Pleno do CMAS.